

existe a preocupação do governo do estado de aumentar em até 85% os repasses para a saúde dos municípios. O SUS não tem sua tabela corrigida há muitos anos, o que traz dificuldade, afirma o vereador. O estado e a microrregião de Sorocaba, com 47 municípios, estão saturados, registra, fazendo o adendo de que o orçamento municipal se reduziu em 25 milhões. Reitera que tem buscado melhorias junto à CEJAM, à Santa Casa e às UBS. Relata visita na UBS do Taboão, em que constatou atendimentos a contento e muito empenho. De 15%, o governo está aplicando quase 30% na LOA, afirma o vereador, reiterando que o papel de todos os vereadores é de buscar melhorias para a saúde de São Roque; e 3)

Cláudia Rita Duarte Pedroso.

Em razão do risco iminente de desabamento do teto do Plenário e da Sala de Comissões, constatado em relatório emitido pela Defesa Civil, a 35ª Sessão Ordinária deu-se no sistema de deliberação remota, nos termos do Ato da Mesa Nº 4/2023 e da Resolução Nº 7/2020. Consoante preceitua o §5º do Art. 1º da Resolução Nº 4, de 8 de janeiro de 2021, o vídeo do pronunciamento dos Vereadores nesta sessão consta, na íntegra, no sítio de internet da Câmara e no Canal Oficial do Youtube, que podem ser acessados por meio dos links: <http://www.camaraoroque.sp.gov.br/> e <https://www.youtube.com/watch?v=EU-AiyJjt6k>.

Encerram-se os trabalhos às 19h06min.

RAFAEL TANZI DE ARAÚJO

Presidente

Thiago Vieira Nunes 1º Vice-Presidente	Newton Dias Bastos 2º Vice-Presidente
Diego Gouveia da Costa 1º Secretário	Antonio José Alves Miranda 2º Secretário

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI Nº 55-E, DE 29 DE SETEMBRO DE 2023, QUE “ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE, ESTADO DE SÃO PAULO PARA O EXERCÍCIO DE 2024 (LOA)”, concedida nos termos do Edital nº 69/2023-L, em cumprimento aos artigos 281, 282, e com a alínea “a”, inciso VIII, do artigo 26, do Regimento Interno consolidado, combinado com o parágrafo único do artigo 48 da Lei Federal nº 101 (Lei de

Responsabilidade Fiscal), de 04 de maio de 2000, realizada por meio de sistema de deliberação remota, por força do Ato da Mesa nº 3/2023, nos termos da Resolução Nº 7/2020, em virtude das fortes chuvas ocorridas nos últimos dias e da constatação, por parte da Defesa Civil, de riscos iminentes nas instalações do Plenário e da Sala de Comissões da Câmara Municipal, dia **dezesseis do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois**. Participaram da Audiência Pública os Vereadores: Thiago Vieira Nunes, Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade; Newton Dias Bastos, Vice-Presidente; Guilherme Araújo Nunes, Secretário; e José Alexandre Pierroni Dias, Membro; os Vereadores: Cláudia Rita Duarte Pedroso, Antonio José Alves Miranda, Paulo Rogério Noggerini Junior, Rafael Tanzi de Araújo e Rogério Jean da Silva; e os servidores da Câmara Municipal: Madeli de Fátima Figueira, Gerente Financeira; e Mara Augusta Ferreira Cruz Galvão, Procuradora Jurídica. Convidados, por meio de Ofício Presidente (OP), para participar da audiência: o Prefeito Municipal, Marcos Augusto Issa Henriques de Araújo, OP nº 581/2023; Marcos Adriano Cantero, Diretor do Departamento, OP nº 582/2023; Juliana Caldevila, Diretora do Departamento de Planejamento e Meio Ambiente da Prefeitura, OP nº 583/2023; Dircelene Segura, Diretora do Departamento de Educação da Prefeitura, OP nº 584/2023; Ana Cristina Antonio Alda, Diretora do Departamento de Bem Estar Social da Prefeitura, OP nº 585/2023; Marina Magalhães, Diretora do Departamento de Obras da Prefeitura, OP nº 586; Simoni Camargo Rocha, Diretora do Departamento de Saúde da Prefeitura, OP nº 587/2023; Dani Castro, Chefe de Gabinete da Prefeitura, OP nº 588/2023; Maria Sílvia Bembom, Chefe da Divisão de Cultura da Prefeitura, OP nº 589/2023; Brian Vieira, Diretor do Departamento de Administração da Prefeitura, OP nº 590/2023; Fabio Aparecido Gaspar, Diretor do Departamento de Informática da Prefeitura, OP nº 591/2023; Rafael Caetano Marques, Comandante da Guarda Civil Municipal, OP nº 592/2023; Fabiana Marson Fernandes, Diretora do Departamento Jurídico da Prefeitura, OP nº 593/2023; Leonardo Scalisse do Carmo, Chefe de Divisão de Desenvolvimento Rural da Prefeitura, OP nº 594/2023; Luiz Américo Liza Junior, Diretor do Departamento de Turismo, Desenvolvimento Econômico, Esporte e Lazer da Prefeitura, OP 595/2023; o(a) Gestor(a) da Casa dos Conselhos da Estância Turística de São Roque, OP nº 596/2023; o(a) Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, OP nº 597/2023; o(a) Presidente do Conselho Municipal da

Assistência Social, OP nº 598; Dalete Batista de Freitas, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres, OP nº 599/2023; o(a) Presidente do Conselho Municipal da Inclusão da Pessoa com Deficiência, OP nº 600/2023; o(a) Presidente do Conselho Municipal da Saúde, OP nº 601/2023; o(a) Presidente do Conselho Municipal da Educação, OP nº 602/2023; o(a) Presidente do Conselho Municipal de Turismo, OP nº 603/2023; o(a) Presidente do Conselho Municipal de Alimentação Escolar OP nº 604/2023; o(a) Presidente do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, OP nº 605/2023; o(a) Presidente do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, OP nº 606/2023; Presidente do Conselho da Cidade, OP nº 607/2023; o(a) Presidente do Conselho Municipal da Cultura, OP nº 608/2023; o(a) Presidente do Conselho Comunitário de Segurança, OP nº 609/2023; o(a) Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, OP nº 610/2023; Antonio Di Girolamo, Presidente da Associação Comercial Industrial e Agrícola de São Roque, OP 611/2023; o(a) Presidente do Conselho Gestor do Parque Natural Municipal de São Roque (“Mata da Câmara”), OP nº 612/2023; o(a) Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Juventude, OP nº 613/2023; o(a) Presidente do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, OP nº 614/2023; Adriana Guzzon, Presidente da 98ª Subseção da OAB, OP nº 615/2023; o(a) Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, OP nº 616/2023; o(a) Presidente da Associação Estação Maylasky, OP 617/2023; o(a) Presidente da Associação Quilombo do Carmo, OP nº 617/2023; Elaine Cristine Branco Soares, Delegada Regional da Delegacia Regional de Itu do Conselho Regional de Corretores de Imóveis, OP 620/2023; o(a) Presidente da Sociedade Amigos do Bairro do Saboó e Região, OP nº 620/2023; Evandro Nogueira Kaan, Presidente da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de São Roque e Região, OP nº 621/2023; Vinicius Cesar Pensa, Presidente da Associação das Indústrias de São Roque e Mairinque, OP nº 622/2023; Carla Aparecida Mendes Brito, Presidente da Associação dos Moradores da Vila Lino, OP nº 623/2023; o(a) Provedor(a) da Irmandade Santa Casa de Misericórdia São Roque, OP nº 624/2023; o(a) Diretor(a) do Hospital São Francisco, OP nº 625/2023; e Edson Soares de Almeida, Gerente de Serviços da CEJAM, OP nº 626/2023. A audiência foi transmitida ao vivo pelo Canal Oficial da Câmara no *Youtube* e pela Página Oficial da Câmara no *Facebook*, acessíveis também pelo sítio Oficial da Câmara na *internet*. A população podia realizar os

questionamentos sobre o projeto pela *internet* através de uma plataforma virtual para envio de perguntas disponível no sítio da Câmara, do canal da Câmara no *YouTube* e da página Oficial da Câmara no *Facebook*; e pelo *WhatsApp* da Câmara, cujo número é 11996574086. A audiência contou com tradução simultânea por interpretes em libras. O Presidente declarou abertos os trabalhos às **18 horas e 11 minutos**. O Projeto foi apresentado pelas servidoras Madeli e Mara Augusta. Adiante, O Presidente passou a palavra aos demais Vereadores: Vereador Newton Dias Bastos: lamentou que não havia participantes do Poder Executivo na audiência, cumprimentou o Presidente da Câmara, Rafael Ranzi, e os servidores envolvidos na tramitação do projeto pela publicidade disposta à LOA e o empenho em propagar a participação da população na audiência; lamentou que há baixa participação da população na audiência mesmo diante das campanhas de publicidade; criticou que há, segundo ele, pouco espaço para a colocação de emendas impositivas no projeto; disse que o Poder Executivo já possui uma margem para aplicar receitas sem necessitar de autorização do Poder Legislativo, todavia recorrentemente a Câmara recebe, segundo ele, do Poder Executivo projetos de remanejamento de finanças; e questionou por que as receitas ligadas a urbanismo, segundo o Vereador, dobraram em relação à LOA de 2023, porém disse que essa questão seria para alguém do Poder Executivo responder, e não os servidores do Poder Legislativo. A senhora Madeli respondeu comentando sobre índices constitucionais que o Poder Executivo é obrigado a seguir. Vereador José Alexandre Pierroni Dias: disse que aumentou de 66 milhões para 72 milhões as receitas de administração da Prefeitura, porém não haverá, segundo ele, mais contratações em 2024; disse que quanto mais enxuta a administração pública, melhor; criticou a redução, segundo ele, nas despesas com obras, pois, para o Vereador, a cidade carece muito de obras de infraestrutura; criticou a redução, segundo ele, no orçamento para o esporte; disse que a juventude é a mais prejudicada com a redução no âmbito esportivo; e disse que é importante a participação dos Vereadores na LOA mediante as emendas impositivas. Vereador Paulo Rogério Noggerini Junior: disse que o mundo vive uma mudança climática e que o volume de água da chuva, o calor e frio extremo vêm aumentando muito nos últimos anos em São Roque, assim, é necessário, segundo ele, desenvolver a peça orçamentária nos objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU, Agenda 2030, e com base em medidas de adaptação e combate às mudanças climáticas; disse que não há projetos

de empenho de receitas para questões ambientais, sendo necessário, segundo ele, o município ficar dependente de conselhos gestores de fundos e entidades; comentou sobre o aumento do orçamento municipal e disse que o aumento é positivo para a cultura, principalmente porque futuramente poderá ser criado, segundo ele, oficinas permanentes no Centro Cultural Brasital; comentou sobre o memento, segundo ele, positivo que a cidade passa na área cultural; disse que é fundamental a participação da população na elaboração da LOA; comentou como cada mandado pode empregar receitas na LOA; disse que seu mandato busca dividir suas receitas com a participação da população; comentou como ele desenvolve ações para que a população participe da escolha das emendas impositivas do seu mandato; disse que com a participação da população ele irá protocolar emendas impositivas para desenvolver o Teatro Vasco Barioni, o Teatro de Páscoa, oficinas teatrais nas escolas, o artesanato municipal, a revitalização da Escola Barão de Piratininga e da biblioteca do Bairro Juca Rocha, serviços arqueológicos no Sítio do Santo Antônio, e a saúde por meio dos grupos “Laços” e “Ames”. Rogério Jean da Silva: disse que fica complicada a audiência sem a participação dos integrantes da Prefeitura; que analisou o projeto; comentou aplicações do projeto; disse que não consegue ver espaço dentro do projeto para aplicação da “Lei do 1/3 (um terço)” na educação; comentou valores que serão aplicados na saúde; disse que o município, na maioria do projeto, está dispondo receitas para o que já está funcionando, não aplicando no desenvolvimento de coisas novas; que o município está confortável nos números, mas não na prática; que não vê investimentos; fez análises de valores e destacou receitas que serão utilizadas para folha de pagamento para justificar que não há dinheiro, segundo ele, para investimentos novos; disse que o Poder Legislativo não teve participação na construção da LDO no atual governo e nos anteriores; disse que as emendas impositivas são a participação que o Poder Legislativo possui na LDO; que as emendas impositivas dos Vereadores são uma participação do Poder Legislativo na peça orçamentária, não de um Vereador; e que só haverá investimentos a hora que a máquina pública for enxuta. Vereadora Cláudia Rita Duarte Pedroso: disse que ficou frustrada com a ausência dos convidados da Prefeitura; comentou os valores que serão investidos em Ações Específicas e disse que gostaria de um comparativo com o gasto em anos anteriores nesse ponto; e questionou como será aplicado os valores que serão dispostos para cidadania; questionou os valores destinados à saúde. A

senhora Madeli respondeu dizendo que é possível fazer o levantamento do gasto em ações específicas no corrente ano e que ela fará isso durante a presente semana; que analisará o projeto para constatar se há mais informações sobre os investimentos em cidadania; e que o investimento na Santa Casa está dividido, uma parte indo para a Pró Santa Casa. Antonio José Alves Miranda: lamentou a ausência de representantes do Poder Executivo; comentou os valores investidos em obras; disse que na última Audiência Pública existiu um receio de que ocorresse um fechamento negativo para o ano de 2023; comentou a aplicação em esporte e lazer; lamentou a redução, segundo ele, do valor destinado à Santa Casa; questionou por que o Pró Santa Casa estava indicado como sem recursos no corrente ano durante a apresentação; questionou se o custo da UTI está contemplado na LOA; disse que o Instituto da Previdência está incluído na LOA; e que espera que os valores da previdência consigam ser reduzidos. Vereador Rafael Tanzi de Araújo: disse que entristece a ausência dos representantes do Poder Executivo; questionou se será possível terminar a Escola do Futuro com os 5 milhões destinados à unidade no projeto; se o valor destinado à reforma da Brasital possibilitará a conclusão da obra; se o valor dos kits escolares englobam o primeiro e segundo semestre de 2024; se o repasse para o Departamento de Obras é suficiente, uma vez que a pasta possui grande atuação em nosso município; e se a “Lei do 1/3 (um terço)” para os professores será aplicada para o próximo ano. Adiante, o Presidente fez a leitura dos questionamentos enviados pela população: Rogério de Souza: “A Lei nº 11.738/08, mais conhecida como lei de 1/3 para professores, está, há tempos, em discussão em São Roque. Neste ano, o Conselho Municipal de Educação (CME) divulgou documento do Departamento de Educação e Cultura (DEC) com as possíveis contratações, caso a lei seja implantada imediatamente na municipalidade. O número é pequeno, menos de 40 docentes. O impacto orçamentário também não é alto. Porém, caso não constar no Orçamento de 2024, não será implantado. Assim, questiona-se porque o recurso para a implantação da lei de 1/3 não está previsto no orçamento do próximo ano”. A servidora Madeli respondeu ao questionamento dizendo que não há recurso específico para a “Lei do 1/3 (um terço)”, porém não é possível concluir que a Lei será ou não será aplicada, pois sua receita pode estar incluída nas despesas com pessoal; e que o orçamento não é engessado, assim é possível alterações que possibilitem a aplicação, segundo ela, da “Lei do 1/3 (um terço)” mesmo o dispositivo não estando presente no

atual projeto. Edina Rosa Santos: “Orçamento para lei 11738. Lei 1/3 para educação”. Cilene Gisele Silva: “Inclusão no orçamento 2024 do 1/3 dos professores”. Daisy Lopes: “O pagamento do 1/3 dos professores está no orçamento de 2024? Se não, expliquem o motivo, visto que é uma lei que desde 2008 não está sendo cumprida e o MP já determinou o pagamento aos professores”. Rodrigo da Silva Sanches: “Solicitação inclusão de dotação orçamentária específica ao Conselho Municipal de Saúde”. A servidora Madeli disse que não há no projeto dotação específica para o Conselho, mas que irá analisar mais especificamente a questão e posteriormente responderá ao senhor Rodrigo. João Paulo Jeannine: “Há 22 anos os Amigos e Amigas da Estação Maylasky desenvolvem inúmeras atividades para a comunidade de Maylasky ligadas à cultura, à educação e ao meio ambiente. Todos os anos dependemos do Poder Público para que se comprometa com a roçada do mato e alguma manutenção mais específica do prédio. Além de oferecer algum apoio às atividades desenvolvidas voluntariamente pelo grupo. Seria muito importante que a Estação Maylasky estivesse no orçamento do município a fim de: 1. Manter aberta a biblioteca pública comunitária da Estação Maylasky. 2. Auxiliar nas atividades de capoeira, leitura, costura e artes que são constantes na Estação. 3. Verba para manutenção do prédio (precisamos por exemplo trocar as calhas da Estação e algumas janelas). 4. Roçada permanente no entorno da Estação. 5. Aumento da iluminação do entorno da Estação. 6. Coleta permanente do esgoto que corre a céu aberto na estação e no Túnel Pinheirinhos. Esperamos poder contar com os vereadores do município a fim de colaborar com o mais importante Patrimônio Histórico Cultural de Maylasky”. A servidora Madeli respondeu ao senhor João Paulo dizendo que a Comissão poderá analisar o caso e fazer emendas nesse sentido. Roberto Fedele: “Como o cidadão poderá receber o detalhamento dos valores e serviços da LOA?”. A servidora Mara Augusta disse que o projeto da LOA e todos os seus anexos e documentos encontram-se disponíveis no *site* da Câmara. Francisco de Assis Gabriel Vieira: “Nós, professores de São Roque precisamos de agilidade na implantação da lei do um terço. O fim de ano se aproxima e não temos respostas alguma a esse respeito”. Cilene Gisele Silva: “Boa noite. Também quero saber a respeito da aplicação da lei do 1/3 dos professores. Cabe emenda para incluir na LOA”. Elimuriel: “desde quando São Roque tem secretarias? Quando houve mudança de departamento para secretaria?”. A servidora Madeli respondeu ao senhor Elimuriel dizendo que usou o termo “secretaria” em sua

apresentação pois seguiu conforme está no projeto. Rosana Altafin: “Boa noite segue a pergunta composta: Sendo 2 turnos, se pode quebrar o interstício? Quais as datas e locais das duas primeiras audiências públicas oriundas da Prefeitura? De onde há a fundamentação do aumento de despesas de mais 9% para a previsão de 2024? Temos o parecer das contas de 2022? Qdo foi enviado só TCE? Sob que parecer do legislativo? Onde se tem o acesso? Onde está o descritivo do crédito suplementar? De onde será retirado? Quem pode apresentar projeto do DADE? Qual foi o deficit de 2022? Por fim, onde é de que forma fora franqueada a participação popular, consoante Estatuto da Cidade e CF?”. A servidora Mara Augusta respondeu aos questionamentos da senhora Rosana dizendo que não há período mínimo de interstício para votação da LDO; que pelos estudos levantados pelo Poder Executivo é que são constatados os 9% (nove por cento) de aumento; que as contas de 2022 ainda estão sendo julgadas pelo Tribunal de Contas; que todos o projeto e todos os documentos da LDO encontram-se disponíveis no *site* da Câmara; que o crédito suplementar está em consonância com o estabelecido em lei; que não houve déficit em 2022; e que foi publicado no *site* da Câmara que por motivos de força maior foi necessário a realização da audiência por meio virtual, todavia a audiência segue todos os trâmites exigidos pela legislação. A servidora Madeli respondeu ao questionamento da senhora Rosana dizendo que é um contragosto da Câmara apresentar a audiência de forma virtual, mas que uma estrutura foi desenvolvida para que a participação popular fosse garantida e não tivesse prejuízos na audiência. Andrea Onody Pellis: “Boa noite. Por que não há inserção dos valores para que seja aplicada a Lei do 1/3 aos professores?”. Roberto Fedele: “Sobre o LOA, a Câmara Municipal não conseguiu nem um lugar na cidade para ouvir o cidadão de forma presencial?”. A servidora Mara Augusta respondeu ao questionamento do senhor Roberto dizendo que em decorrência das fortes chuvas que atingiram São Roque nos últimos dias e baseado no orientado pela Defesa Civil a audiência necessitaria ser virtual por segurança ante o estado do plenário; que a Câmara aguarda o laudo de um engenheiro contratado para saber a situação da estrutura do plenário; e que a audiência estava seguindo todos os trâmites legais para a sua realização. Rodrigo da Silva Sanches: “Repasse / Rateio dos Recursos federais do Incentivo Financeiro Adicional aos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combates a Endemias conforme determina a lei”. A servidora Madeli respondeu ao questionamento do senhor Rodrigo dizendo que não conseguiu visualizar na peça

orçamentária receitas destinadas a este fim, mas que enviaria o questionamento ao Poder Executivo para maior esclarecimento sobre o assunto. Rosana Altafin: “qual o decreto que legitima o Pro Santa Casa, calcado no que?”. A servidora Madeli respondeu à senhora Rosana dizendo que a LOA não discute o decreto que institui o Pro Santa Casa, o projeto apenas trata das despesas da entidade; e que há duas dotações distintas: uma para o Pro Santa Casa e outra para o CEJAM. A servidora Mara Augusta disse que a audiência ocorreu seguindo todos os preceitos legais; que não foi possível a realização da audiência em outra localidade pois há prazos legais para o trâmite da LOA, assim, não havia tempo para a organização, segundo ela, da audiência em outro espaço com a estrutura necessária; que as fortes chuvas dos últimos dias avariaram o teto do plenário da Câmara, apresentando risco da estrutura ceder; que a audiência não foi aberta ao público visando a segurança da população e com base no orientado pela Defesa Civil. Rosana Altafin: “cade as máquinas nas ruas de terra, aqui no Caete, disseram, que não tem previsão, haja amortecedor de carro? Pode se acrescentar valores ou permear valores para emendas impositivas, haja vista que há mais de 9% de aumento de orçamento?”. A servidora Mara Augusta respondeu a senhora Rosana dizendo que algumas questões são competência do Poder Executivo e não seria possível o Poder Legislativo responder; e que não há uma previsão exclusiva para emendas parlamentares no projeto, então os Vereadores necessitarão, segundo ela, apresentar suas emendas dentro de programas já existentes no projeto. Por fim, o Presidente disse que todas as perguntas que porventura não foram respondidas terão suas respostas enviadas no e-mail do munícipe questionante; agradeceu a presença de todos; e encerrou a Audiência Pública às **20 horas e 06 minutos**. A audiência contou com pico, no ao vivo, de 34 (trinta e quatro) transmissões simultâneas no Canal Oficial da Câmara no *Youtube*; e 07 (sete), na Página Oficial da Câmara no *Fabebook*. Para constar, foi lavrada a presente Ata, que segue assinada pelos Membros da Comissão Permanente presentes. Consoante preceitua a Resolução nº 04, de 08 de janeiro de 2021, o vídeo da Audiência na íntegra consta na íntegra no sítio de *internet* da Câmara e no Canal Oficial da Câmara no Youtube, que podem ser acessados por meio dos *links*:

<http://www.camarsaoroque.sp.gov.br/tv-camara> e
<https://www.youtube.com/watch?v=6ztq9XvyJGw>.

THIAGO VIEIRA NUNES
 PRESIDENTE

NEWTON DIAS BASTOS VICE-PRESIDENTE	GUILHERME ARAÚJO NUNES SECRETÁRIO
---------------------------------------	--------------------------------------

JOSÉ ALEXANDRE PIERRONI DIAS
 MEMBRO

PUBLICIDADE

4ª SESSÃO SOLENE

4ª SESSÃO SOLENE DO 3º PERÍODO DA 18ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE, A SER REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2023, ÀS 19H.

EDITAL Nº 74/2023

Nos termos do artigo 184 do Regimento Interno, convoco Vossas Excelências para a 4ª Sessão Solene de 2023, em comemoração ao Dia da Consciência Negra, a ser realizada em 23/11/2023, às 19h, no Auditório do Núcleo de Música do CECT Brasital – Engº Mário Luiz Campos de Oliveira, sito à Avenida Aracaí, Nº 280, Vila Aguiar.

Câmara Municipal da Estância Turística de São Roque, 30 de outubro de 2023.

RAFAEL TANZI DE ARAÚJO
 Presidente

Registrado e publicado na Secretaria desta Câmara na data supracitada.

LUCIANO DO ESPIRITO SANTO
 Coordenador Legislativo